



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

## SENTENÇA

Processo nº: **3001259-76.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Embargante: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS SAAE**  
 Embargado: **Therelias Gladcheff**

## CONCLUSÃO

Em 12 de dezembro de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr<sup>a</sup>. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

Vistos.

**O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE** ajuizou embargos à execução que lhe move **THERELIAS GLADCHEFF**, alegando que o valor apresentado está incorreto, pois a exequente, ao formular a conta de liquidação, além de não considerar a Tabela do TJSP para atualização dos débitos relativos às Fazendas Públicas, utilizou índice diverso daquele que deveria ter sido utilizado para os mesmo cálculos.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O pedido comporta acolhimento.

Isso porque, sobre o tema, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, sob a ótica do princípio do *tempus regit actum*, entendeu serem de natureza eminentemente processual as normas da Lei 11.690/09, as quais dispõem sobre juros moratórios, aplicando-se, pois, aos processos em andamento.

Com efeito, a nova regra de aplicação dos juros e correção monetária, inserida na Lei 9.494/97 pela Lei 11.960/09, rege não só os processos iniciados a partir de sua entrada em vigor, como também os que já estavam em andamento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

Desta forma, os juros de mora e a correção monetária devem ser calculados em conformidade com a Lei n.º 11.960, de 29 de junho de 2009, a qual modificou o art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97, ainda que se trate de verba sucumbencial, pois o que importa, no caso, é a qualidade de Fazenda Pública da devedora.

Ademais, houve concordância com o pedido.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido e determino que a execução prossiga, quanto à verba honorária, pelo valor de R\$ 512,28 (quinhentos e doze reais e vinte e oito centavos) atualizados até outubro/2013.

Custas e despesas pela embargada, que deverá arcar, ainda, com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 50,00 (cinquenta reais), já que não houve resistência ao pleito formulado.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 12 de dezembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**